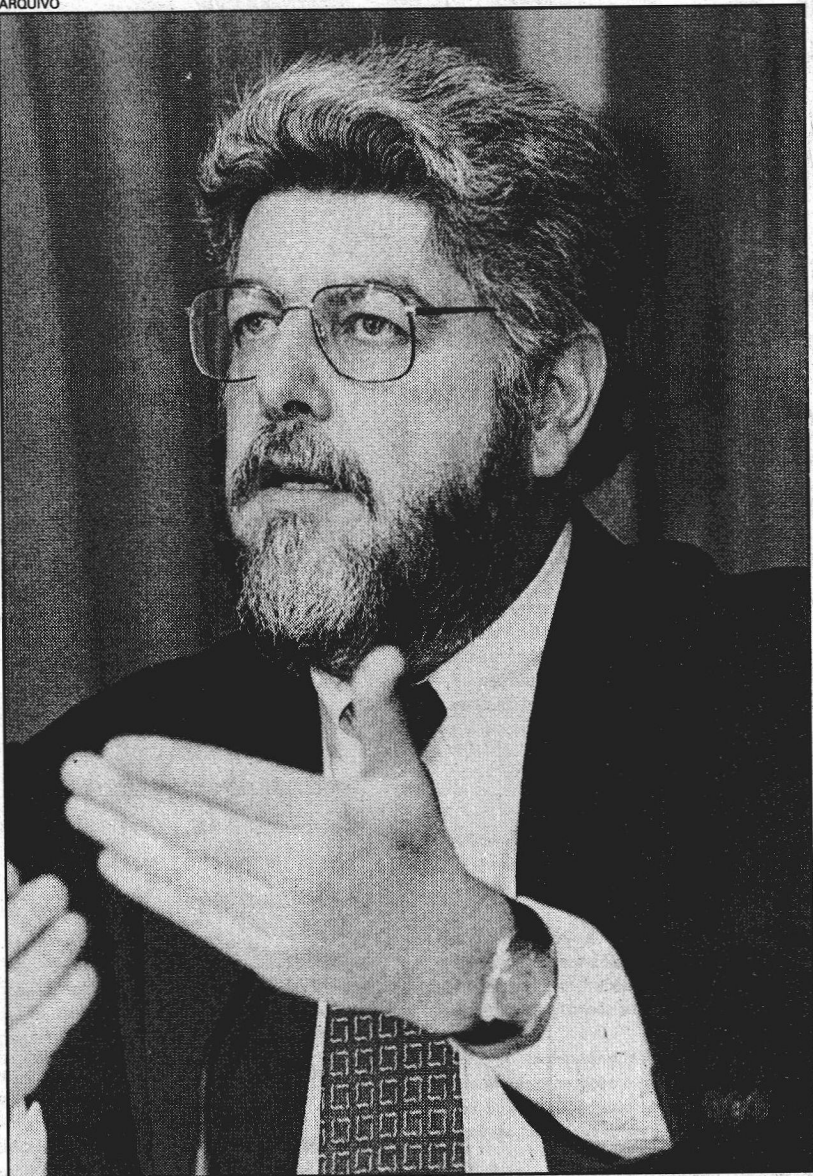




Barelli acredita que os juros também deverão cair no próximo ano

Aprovação do acordo no Senado sai no Diário

Foi publicada ontem no **Diário Oficial** da União a Resolução 98 do Senado Federal, que aprovou o acordo de reescalonamento da dívida externa de 56 bilhões de dólares devidos aos bancos privados. Do total, 50 bilhões de dólares se referem ao principal da dívida e seis bilhões aos juros atrasados de 1991 e 1992. Com isso, o Brasil elevará de 30 para 50 por cento o pagamento dos juros a vencer do débito, até que o acordo seja assinado pelo Governo brasileiro e os credores entre julho e setembro de 1993.

Em valores absolutos haverá uma redução de 12,2 bilhões de dólares sobre a dívida total do País. A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado trabalhou com a hipótese de que os bancos credores optarão por renegociar 16 bilhões de dólares via bônus ao par (troca pelo valor de face da dívida antiga por bônus com juros fixos); 16 bilhões de dólares por bônus de desconto; quatro bilhões de dólares através do bônus de redução temporária de juros; dois bilhões pelos bônus de capitalização e dois bilhões de dólares de outros bônus. No próximo dia 4 o Brasil terá que desembolsar 300 milhões de dólares referentes aos juros atrasados do período de julho a dezembro deste ano.

Carta — O Ministério da Fa-

zenda divulgou ontem as cartas enviadas pelo diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, e pelo presidente do Banco Mundial (Bird), Lewis Preston, ao Comitê dos Bancos Credores manifestando o apoio do FMI ao acordo de renegociação da dívida brasileira, de 42 bilhões de dólares. Na carta de Camdessus, o diretor do FMI faz um longo relato sobre as perspectivas de recuperação da economia brasileira e anuncia à comunidade financeira internacional que no próximo mês, "em uma data tentativa", o Governo brasileiro retoma oficialmente as negociações com o Fundo para as discussões de um novo programa econômico. Preston manifestou apoio ao acordo de reescalonamento da dívida externa brasileira, mas reafirmou a necessidade de o País dar continuidade à implantação das reformas estruturais, particularmente a liberalização, a privatização e a desregulamentação da economia. Embora só tenham sido divulgadas ontem, as cartas são datadas de 23 de dezembro.

O encaminhamento da correspondência do FMI e do Bird é a etapa final para a formalização do acordo, aprovado em julho pelo Comitê dos Bancos Credores e na semana passada pelo Senado.